



# HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional  
de História-ANPUH

Organizadores  
Ismênia de Lima Martins  
Rodrigo Patto Sá Motta  
Zilda Gricoli Iokoi

# HISTÓRIA E CIDADANIA

**XIX Simpósio Nacional da ANPUH**  
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

**vol. II**


**ANPUH**  
*Humanitas*  
PUBLICAÇÕES  
#FLCH/USP

1998

# Do entrudo às escolas de samba: a ocupação do espaço das ruas pelo carnaval carioca

Myrian Sepúlveda dos Santos  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

## ORGIA E FRATERNIDADE

 carnaval é uma festividade que tem se mantido no Rio de Janeiro a despeito de toda série de dificuldades: ele persistiu em tempos de epidemias que devastaram a cidade, como foi no caso da gripe espanhola dos idos de 20, ou mesmo em anos extremamente conturbados, quando muitos dos habitantes da cidade deixaram o país por ocasião das guerras mundiais. Em que pese as diferenças – do período colonial até os dias de hoje, diversos setores da população carioca fizeram do carnaval múltiplas festas com significados sem fim – a folia carnavalesca é uma marca na vida da cidade.

O carnaval carioca, no entanto, longe de ser uma manifestação única, é múltiplo e variado. Nas páginas que seguem procuro tecer alguns comentários sobre os diferentes usos das ruas feitos por diferentes grupos carnavalescos. Analiso, particularmente, as brincadeiras do entrudo que ocupavam indistintamente as ruas da cidade, no período colonial, os desfiles das grandes sociedades e ranchos, ocorridas na Avenida Central, em meados do século XIX e, as escolas de samba, que surgem na Praça Onze na década de 30. Evidentemente que o carnaval carioca representa muito mais do que estes grupos e estes momentos históricos, e, se resgato

aqui estas formas de brincar o carnaval, isto se deve ao propósito de refletir sobre as concepções de público e privado que ocorrem nas ocupações das ruas por estes grupos carnavalescos. Estas reflexões são resultado de um trabalho de pesquisa sobre memória, identidade e política nas escolas de samba do Rio de Janeiro, que venho coordenando na UERJ desde 1994. Nesta pesquisa, partimos não só de uma série de entrevistas com participantes do carnaval como de pesquisas em documentos e arquivos<sup>1</sup>.

Proponho considerar o carnaval como uma expressão particular de nossa cultura, na qual podemos encontrar as principais tensões presentes na sociedade<sup>2</sup>. Manifestações carnavalescas tanto perpetuam controles estabelecidos por estruturas dominantes quanto são possuidoras de uma linguagem própria, potencialmente transformadora. Formas de sociabilidade e relações de poder já estabelecidas cristalizam-se nas convenções compartilhadas pelos grupos carnavalescos, da mesma forma que novas formas de sociabilidade são geradas e propagam pressupostos comunicativos e de sentimento que, de uma forma ou de outra, são capazes de contribuir para a renovação de sistemas estruturados vigentes.

370

Se a linguagem carnavalesca pode apontar para uma maior liberdade sobre a definição dos direitos universais de comunicação e expressão, a maior ou menor autonomia destes pressupostos não pode ser vista como um dado fixo em nossa história. Enquanto algumas das associações carnavalescas mantiveram, como mantêm até hoje, relações diretas e compromissos diversos com as esferas econômicas e decisórias de poder, outras têm se mantido mais independentes, contando com maiores chances de gerar formas de opinião alternativas capazes de influenciar os processos e sistemas estruturados. Além disso, as festas carnavalescas permitem a possibilidade de encontro entre pessoas diversas em um espaço comum, muitas vezes possibilitando a organização de grêmios e associações, os quais, por sua vez, mantêm formas de opinião alternativas capazes de influenciar sistemas vigentes, sejam eles políticos, econômicos ou sócio-culturais.

É, portanto, no sentido de compreender os diferentes tipos de práticas carnavalescas ao longo da história, seus pressupostos comunicativos e dialógicos, e sua relação com espaços públicos, que ora me volto para as festas do entrudo, ranchos e grandes sociedades e escolas de samba.

#### A LINGUAGEM COMUM DA ÁGUA E DAS MÁSCARAS DE CERA DO ENTRUDO

O entrudo foi a forma como os brasileiros brincaram o carnaval desde o século XVI até o início deste século. Foi uma prática popular herdada dos costumes portugueses e também presente sob formas similares entre as colonizações espanholas da América Latina. Consistia basicamente de brincadeiras em que pessoas de todas as idades e segmentos sociais jogavam água umas nas outras durante os três dias de carnaval. A festa envolvia a todos. O imperador mandava cartel de desafio a várias famílias de nobres, moças de família iam para as janelas à procura de seus amados e também os escravos se divertiam à larga<sup>3</sup>. Em suma, família imperial, senhores ou escravos, todos brincavam o entrudo, e o faziam no mesmo local comum: as ruas da cidade Rio de Janeiro.

371

A água molhava indistintamente a todos, descaracterizando vestimentas, atitudes e gestos. Ria-se do outro, que de uma hora para a outra perdia sua “fachada” frente aos demais. Nas ruas do Rio, os baldes d’água tinham o poder de lavar todos os transeuntes, igualando-os e descaracterizando a hierarquia social tão bem estruturada na capital do País. O entrudo foi também o carnaval dos mascarados, que escondiam seus rostos com cera ou papelão fino. Brincava-se com a natureza bestial dos homens, deformidades físicas, velhice, infância e principalmente com a religiosidade. Folhões tornavam-se irreconhecíveis com caras de animais, saias e peitos gigantes, piratas sem pernas e com a mais popular das fantasias, a do diabo, composta por capuz, chifre, rabo e uma roupa vermelha, justa no corpo. As máscaras e fantasias permitiam que os temores dos homens daquela época, fossem eles o imperador, o senhor ou o escravo, aparecessem de forma inofensiva.

Ria-se do satanás, do corpo deformado, da pobreza. Ria-se com uma gargalhada solta que tinha a capacidade de redimir o grotesco da realidade. Aquele era um mundo em que se podia escolher ser o “sujo”, coberto de trapos dos pés às cabeças, ou o príncipe, vestido de veludo e cetim. O cômico que existe no folião cristaliza o que tem movimento e vida, libertando dessa forma, ainda que de forma éterea e inconseqüente, o conteúdo de sua forma.

Ainda que o entrudo tivesse uma linguagem reconhecida por todos, isto não significava que ele fosse constituído de práticas homogêneas. A desordem do entrudo tinha diversas ordens. Ria-se muito, mas de diferentes formas. Mas a desordem contém sempre potencialmente o poder de se confrontar com a ordem. Enquanto uns fabricavam laranjinhas e limõezinhos de cera com águas perfumadas, outros entravam na brincadeira jogando água suja nos transeuntes de grandes baldes e banheiras de pau. Utilizavam-se não só groselhas e tintas, mas caldos gordurosos, lamas e águas sujas. Polvilho, vermelhão e cal muitas vezes completavam a brincadeira. Enfim, era possível ao folião tanto acariciar o peito da amada com uma laranjinha, quanto jogar um balde de urina no transeunte da esquina. O mesmo podemos dizer das máscaras e fantasias, que podiam ser confeccionadas tanto de saco de aniamagem, quanto de tecidos luxuosos, atendendo a demandas diversas. Além disso, há diversos registros policiais de proibições ao entrudo, desde 1604<sup>4</sup>. Em 1689, registros policiais mostram a repressão a mascarados e encapuzados que teriam aparecido associados a crimes e assassinatos.

Inicialmente, as medidas repressivas não se dirigiam ao entrudo como um todo, mas às suas manifestações mais violentas. Em 1838, a repressão ainda era seletiva. Havia códigos de posturas que aplicavam multas aos participantes do entrudo que variavam de quatro a doze mil contos de réis para aqueles de posse, de dois a oito dias de prisão para os que não pudessem pagar e de oito dias a cem açoites para os escravos. De uma maneira geral, estas e outras restrições ao entrudo foram ignoradas até meados do século

XIX. O entrudo começou a ser colocado seriamente em questão a partir da década de 70, quando novos hábitos e costumes reordenaram o carnaval carioca. No início do século, jornalistas já descreviam o entrudo como um conjunto de práticas bárbaras, porcas e sujas.

Os estrangeiros, que não compartilhavam os códigos e julgamentos presentes na sociedade carioca, freqüentemente percebiam a guerra de bolas de cera como uma selvageria, uma agressão sem motivos, uma brincadeira fora de lugar. As reclamações dos estrangeiros chamam a atenção para o fato de que não havia convites para a festa: todos os transeuntes da cidade eram participantes independentemente de suas vontades. A irreverência do carnaval quebrava de várias formas coerções sociais generalizadas, mas sem desfazer, no entanto, os lugares específicos que cada folião ocupava no mundo não carnavalesco. Em um palco comum, aqueles que não estavam satisfeitos com seu lugar específico na ordem não carnavalesca encontravam um espaço ímpar para demonstrar sua agressividade. Não podemos estranhar, portanto, que o novo modelo de civilização, cultuado pelas autoridades e consolidado com obras e políticas urbanas de modernização, nas primeiras décadas do século, tenha reprimido violentamente o entrudo, não só através da crítica a sua “barbárie”, mas principalmente através da segmentação da festa carnavalesca no espaço da cidade.

373

#### AVENIDA CENTRAL E PRAÇA ONZE: DOIS CARNAVAIS

Foi somente no final do século XIX que a reação das autoridades governamentais às práticas do entrudo intensificaram-se. Em 1875, um edital do governo reiterava proibições anteriores de forma mais radical. Neste mesmo ano, proibiu-se o uso de máscaras, das dez horas da noite às quatro horas da manhã. Em 1889, a repressão aumentava e fazia-se cumprir o Edital de 75. A partir de 1904, o prefeito Pereira Passos solicitou às instituições de ensino sua participação no controle do hábito do entrudo. Data aproximadamente deste último quartel do século, período em que restrições legais e policiais

mais intensas ao entrudo vigoraram, o surgimento no Rio de novas manifestações carnavalescas.

Na virada do século, apesar de a cidade do Rio de Janeiro concentrar as atividades portuárias de exportação e importação e ser o centro comercial, financeiro, industrial e político do país, ela era ainda uma cidade de ruelas estreitas, manguezais, cortiços e mazelas tropicais. Houve, portanto, por parte das autoridades um grande empenho em transformar a cidade em um centro urbano moderno, seguindo o modelo europeu de reformas. Durante o governo do prefeito Pereira Passos, metade do orçamento da União foi gasto na cidade por meio de políticas públicas voltadas para o remodelamento do plano físico da cidade; controle da população através diversos códigos de posturas e erradicação de epidemias. Datam desta época várias obras como a abertura da Avenida Central, atual Rio Branco, que passou a unir as partes norte e sul do centro comercial e financeiro do país; melhoria de acesso à zona sul com a construção da Avenida Beira-Mar, que apontava o escoamento das moradias das classes mais próspera, e a reforma do acesso à zona norte, com os múltiplos caminhos que levariam à rápida povoação dos subúrbios cariocas<sup>5</sup>. Estas obras configuraram o início da divisão social urbana com a qual o Rio convive até nossos dias.

Nestas reformas, as construções coloniais do centro da cidade, na sua maioria habitações da população de baixa renda do Rio de Janeiro, foram derrubadas. Era o “bota abaixo” dos cortiços e antigos casarios divididos em pequenas moradias, em que parte da população pobre, em sua maioria negra, que habitava o centro da cidade era empurrada para seus arredores, morros e periferias. Os moradores do bairro da Saúde, concentração de negros baianos próxima ao porto da cidade, e de demais localizações para onde foram afastados os antigos moradores do centro do Rio, como Campo de Santana e Cidade Nova, passaram a convergir para a praça Onze de Junho, que se tornara aos poucos seu ponto de encontro natural. Muitos arrumaram empregos, profissionaliza-

ram-se e elaboraram músicas orquestradas nas salas de diversões, bares, gafieiras, teatros e clubes dançantes das redondezas do Mangue. Eram estes malandros e subempregados que faziam a vida boêmia e noturna da cidade, que crescia em paralelo à vida urbana e ao moralismo apregoado pelas famílias tradicionais da época. Seguindo a estrada de ferro, o subúrbio crescia e locais como Madureira, Oswaldo Cruz, Cascadura, Vaz Lobo e Irajá eram aos poucos ocupados pela população de baixa renda, que lá construía sua “roça”, com seus terreiros, jongos e batucadas.

Os investimentos, leis e obras da cidade destinaram-se prioritariamente aos setores mais privilegiados da população em detrimento de um grande contingente de homens e mulheres pobres que foram seguidamente empurrados para fora do centro “civilizado”. Neste processo de modernização da cidade manifestações populares de toda ordem eram reprimidas: do candomblé às festas populares da Penha. Uma política de incentivo à imigração de trabalhadores europeus dificultava ainda mais aos negros libertos acesso ao trabalho assalariado. Além de todas as medidas de repressão, os negros lidavam com forte preconceito racial, com a valorização do trabalho regular e com uma nova ética baseada na competitividade de que muitas vezes não davam conta.

Na década de 20, a prefeitura, a imprensa e o comércio do Rio de Janeiro apoiaram as atividades carnavalescas que tinham lugar na nova Avenida Central, referencial da cidade regenerada. Havia o desfile de carros abertos chamado corso, os desfiles dos Ranchos e Grandes Sociedades e os cordões. Fora das ruas, havia os bailes de máscaras, que ocorreram inicialmente nos teatros da época e mais tarde nos clubes dançantes. Incentivava-se o carnaval que seguia os padrões da Belle Époque e proibia-se definitivamente o entrudo e as manifestações populares. Os zé-pereiras, manifestações lideradas por imigrantes portugueses, que causavam um barulho ensurdecedor com seus tambores gigantes, nas ruas do centro da cidade, também foram criticados por suas exibições grotescas e acabaram por desaparecer.

Em 1855, o Congresso das Sumidades Carnavalescas agrupou alguns sócios para promover uma passeata à fantasia por diferentes ruas da cidade. Estas primeiras agremiações caracterizaram-se pelo riqueza e luxo das fantasias, mas principalmente pelo caráter privado do grupo. O dinheiro fazia-se presente e distinguia seus participantes. Mas foi no início da década de 70 que letrados, poetas, romancistas e os principais jornalistas da época deram continuidade e novo vigor a estes desfiles de grupos seletos de pessoas, formando as grandes sociedades. Os ranchos surgiram logo a seguir<sup>6</sup>. O carnaval do corso, das grandes sociedades e dos ranchos operava uma mudança radical em relação às folias anteriores, pois não representava mais um espaço aberto a todos os habitantes da cidade e nem sustentava uma linguagem única para o riso. Percebe-se também o início do patrocínio mais sistemático destes foliões pela imprensa e comércio.

376

A atuação das Grandes Sociedades Tenentes do Diabo, Democráticos e Fenianos não se restringia aos dias de carnaval, voltando-se para os movimentos sociais da época. Elas foram palco do discurso de abolicionistas e republicanos, sendo responsáveis inclusive pela libertação direta de vários escravos. O carnaval organizado pelos clubes apropriava-se do espaço das ruas de forma diferenciada. Não eram todos os habitantes da cidade os membros desta festa, como não eram todas as ruas seu palco. Os “clubes” funcionavam o ano inteiro; cobravam jóias e mensalidades não acessíveis a toda a população e tinham perfis determinados. Num espaço previamente delimitado, o discurso político radicalizava-se. O palco escolhido, evidentemente, era o mais nobre: Avenida Central.

Desfilavam também na Avenida Central os ranchos carnavalescos, que consistiam de cortejos constituídos, em sua grande maioria, de negros baianos que haviam migrado para o Rio de Janeiro por ocasião da crise do café no vale do Paraíba de 1860. Traços totêmicos característicos de ternos de reis nordestinos podiam ser observados, por exemplo, nos nomes dos ranchos: Jardineiras, Filhas das Jardineiras, Rosa Branca, Ameno Resedá, Reino

das Magnólias, todos eles nomes de plantas<sup>7</sup>. Os negros que chegavam ao Rio procuravam trabalho livre e ascensão social e, de uma maneira geral, eram bem sucedidos graças a um forte esquema de solidariedade presente entre eles. A zona portuária do Rio acolheu muitos destes migrantes, que passavam a trabalhar no Arsenal da Marinha, Casa da Moeda ou Departamento dos Correios. Procuravam moradia no centro da cidade, mais especificamente, nos bairros vizinhos à zona portuária, como Saúde e Gamboa. O candomblé era capaz de oferecer sentido à existência do grupo. Os terreiros tinham como líderes as tias baianas, que mantinham uma aliança comunitária e preservavam a herança cultural do grupo<sup>8</sup>. Se as festas que aconteciam nas casas eram protegidas da ameaça da rua, os desfiles na Avenida serviam justamente à apresentação deste grupo aos olhares externos; apresentação cuidadosa e ensaiada. Os integrantes dos ranchos mantiveram um carnaval à parte: muitos deles saíam nos blocos dos “sujos”, estes sim, grupos carnavalescos informais e satíricos que saíam depois do dia do desfile misturando-se aos demais transeuntes da cidade. Através da disciplina, do luxo apresentado nas fantasias de reis e rainhas e da expressão artística, os ranchos, tais como as sociedades, procuraram marcar a identidade de seus componentes e com ela inserir-se na nova sociedade.

Em suma, as manifestações carnavalescas, ao segmentarem-se no espaço da cidade, fizeram das ruas palcos de grupos sociais específicos e, evidentemente, lugares de exclusão. O carnaval deixou de abrigar a todos e passou a ser uma festa dividida não só entre setores sociais distintos, mas também entre atores e espectadores. Com papéis tão bem delimitados e marcados, os foliões dos ranchos e das grandes sociedades perderam a linguagem comum partilhada por todos no entrudo. As máscaras e fantasias não escondiam mais o folião e seus temores, não significavam mais anonimato; muito pelo contrário, elas eram utilizadas para promover a identidade que se queria propagandear. O carnaval do final do século é o carnaval de pares; ele não iguala, mas diferencia.

## DO FUNDO DE QUINTAL À PRAÇA ONZE

Da mesma forma que a remodelação do Rio no início do século não resolveu os problemas básicos da cidade, mas apenas os empurrou para fora do centro urbano, também a reorganização do carnaval não eliminou as brincadeiras de populares, consideradas muitas vezes sujas e primitivas. O carnaval desejado e planejado para a Avenida Central durante as primeiras décadas republicanas não eliminou as manifestações populares de toda ordem, que tinham lugar em fundos de quintais, locais proibidos e em provocações com a polícia. As escolas de samba eram chamadas inicialmente pelos jornais da época de escolas de samba do morro. Constituíam-se de habitantes dos morros e de bairros periféricos, em sua maioria negros, que não tinham trabalho ou fonte de renda regular. Os valentes e arruaceiros eram perseguidos pela polícia e tinham direito apenas aos terreiros para formar seus blocos e criarem seus batuques e músicas. Foram estes blocos que deram origem às escolas de samba. Neles havia violência, rivalidades bairristas e o famoso roubo dos estandartes. As famosas baianas eram compostas por homens que escondiam seus canivetes nas saias rodadas. A música era o samba e o carnaval era a época em que estes grupos invadiam as ruas à procura de espaço.

Nos últimos anos da década de 20, as escolas de samba começaram a se organizar patrocinadas por jornais cariocas. A grande imprensa e o comércio tinham interesse em reordenar as atividades carnavalescas. Ao mesmo tempo, o sonho de muitos sambistas concretizava-se no sucesso nos programas de rádio. Zé Espinguela, sambista da Mangueira, começou a promover concursos entre o pessoal do samba em 1929 a partir de palavras e temas propostos por eles para selecionar músicas que poderiam fazer sucesso. A partir de 27 surgiram dezenas de novas emissoras com programações de rádio mais populares, paralelamente ao desenvolvimento tecnológico que permitia a multiplicação de aparelhos de rádio, discos e vitrolas a preços acessíveis<sup>9</sup>.

Data também da década de 30 a consolidação de novos padrões de brasilidade e a política populista do governo de Getúlio Vargas. Análises sociais que ignoravam ou tratavam de forma negativa o negro foram substituídas por obras de ampla popularidade, que valorizavam a participação do negro e do mestiço na construção da sociedade brasileira<sup>10</sup>. Pedro Ernesto, interventor de Getúlio no então Distrito Federal, procurou incorporar os novos setores da população à política local, subvencionando, entre outras, as manifestações carnavalescas. Durante seu governo, foi criado o registro policial, a premiação e os regulamentos para os concursos entre as escolas. Entre os primeiros componentes das escolas de samba há um consenso de que Pedro Ernesto foi o grande amigo e patrono das escolas.

Os primeiros desfiles ocorreram na famosa Praça Onze, próxima ao Mangue e à zona do meretrício do Rio de Janeiro, numa manifestação completamente marginal às atividades centrais da Prefeitura. É importante enfatizar que praticamente não havia escolas de samba no início de 30, mas sim blocos carnavalescos que agregavam sambistas. A demarcação entre escolas de samba e blocos era muito confusa no início de 30. O nome “Escola de Samba” só surgiu em 1928<sup>11</sup>, às vésperas da oficialização do desfile das escolas no carnaval oficial. A própria Mangueira só foi fundada em 28 e assim mesmo a partir da união de vários blocos<sup>12</sup>. Ao contrário do que se pensa, portanto, as escolas de samba não têm uma tradição anterior à sua legalização, independentemente de sua ligação com a imprensa, comércio e políticos. Elas surgiram em parceria com o mundo oficial da ordem.

As escolas de samba tinham inicialmente apenas quinze minutos para se apresentar, nenhum carro alegórico, pouquíssimas alegorias e nenhum luxo. Havia dois sambas: o segundo era improvisado durante o desfile. De festas perseguidas e realizadas em fundos de quintais, os sambistas e suas batucadas adquiriram o direito a integrarem-se às demais manifestações da cidade. Além

de deixarem de serem perseguidos, os componentes das escolas obtiveram apoio moral e financeiro por parte do governo.

As fantasias e máscaras utilizadas na virada do século não faziam nenhum sentido para os novos foliões. O desfile das escolas de samba, em que pesem o delírio e o transe trazidos pelo ritmo sensual dos batuques, desde o início foi um carnaval sem máscaras<sup>13</sup>. Não são poucos aqueles que se lembram do carnaval da Praça Onze, onde os sambistas chegavam cedo com seus batuques e só partiam quando os três dias se acabavam. Este batuque deixou de ser apenas expressão de um parte da população para tornar-se um espetáculo que representava a nova brasilidade. Seus componentes não perceberam que ao serem aceitos sem máscaras, suas faces tornaram-se máscaras; perderam a possibilidade de negociar o lugar de sua própria identidade. A perversidade do processo está no fato de que os negros perderam sua condição de igualdade com todos os demais cidadãos à medida que foram reconhecidos não por sua condição humana, mas por suas representações. À medida em que o carnaval de fundo de quintal cristalizou-se em uma apresentação pública, ele perdeu sua privacidade e, com ela, sua identidade. Com as escolas de samba, os hábitos e costumes de uma parcela da população socializaram-se num mundo que lhe subtraiu, em primeiro lugar, seu mundo interior, e, em segundo, o espaço de negociação garantidor de sua identidade. As escolas de samba consolidaram-se enquanto manifestação cultural oriunda de uma população que se situava na base da hierarquia social e que detinha muito poucos ou nenhum dos privilégios possuídos por outros grupos. Diferentemente dos ranchos, os grupos que deram origem às escolas de samba não utilizaram a diferença para conquistar uma inserção na sociedade como iguais; ao contrário, elas se inseriram através de um discurso de iguais em uma sociedade diferenciada. Na anatomia da cidade, o lugar ocupado foi o da Praça Onze.

Apesar das ordens estabelecidas durante o carnaval, a alegria e irreverência do carnaval sem máscaras permanece fiel à desor-

dem. Através da batida e do ritmo de origem africana, ainda tem-se no carnaval carioca criatividade, expressão corporal e sensualidade próprias que aparecem com vigor quebrando normas e rotinas. Se estas são manifestações populares que têm se mantido em equilíbrio com uma estrutura organizacional coercitiva e restritiva, potencialmente elas permitem que a tristeza seja jogada para o lado, quebrando normas estabelecidas e apontando para a renovação de utopias e formas de agir. Como nos ensinou Bakhtin<sup>14</sup>, a loucura da festa carnavalesca não tem um caráter único e pode tanto denunciar certos aspectos da vida quanto acomodar-se a outros, uma vez que os foliões não têm regras ao brincar com a ordem em que se inserem, invertendo-a e suspendendo-a de várias formas.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida com apoio da UERJ e CNPq, que possibilitaram a participação dos bolsistas de iniciação científica Flávia Teixeira Guerra, José Carlos da Vera Cruz, Patrícia Teixeira de Lima, Renata de Melo Rosa e Roberto Batista do Nascimento.
- <sup>2</sup> Os trabalhos de Roberto DaMatta (1973, 1980, 1981) e Maria Isaura Pereira Queiroz (1992), em que pesem suas diferenças teóricas, são sem sombra de dúvida aqueles que primeiro focalizaram o carnaval como expressão de nossa cultura, estabelecendo os marcos fundadores desta análise.
- <sup>3</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- <sup>4</sup> Sobre medidas coercitivas sobre entrudo, ver *Memórias do Carnaval*, s/d, pp. 21-28; PEREIRA, *op. cit.*
- <sup>5</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Perreira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- <sup>6</sup> Segundo *Memórias do Carnaval*, *op. cit.*, foi por volta de 1850 que os *zé-pereiras* começaram a sair às ruas. O carnaval das grandes sociedades iniciou-se em 1855. Já a data mais provável do surgimento dos ranchos é a de 1872.
- <sup>7</sup> EFEGÊ, Jota. *Ameno Resedá, o rancho que foi escola*. Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1965.
- <sup>8</sup> Sobre a influência das negras baianas no samba carioca e a organização de suas casas, ver MOURA, Roberto, 1995.
- <sup>9</sup> CABRAL, Sérgio. *No tempo de Almirante: uma história do Rádio e da MPB*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1990.
- <sup>10</sup> ORTIZ, Renato, 1985 mostra como a obra de Gilberto Freyre, ao transformar a negatividade do mestiço em positividade, permite completar os contornos de

uma identidade nacional que vinha sendo desenhada. QUEIROZ (1992) também analisa como o modelo “mestiço” do carnaval das escolas de samba cariocas torna-se “tradicional” e signo de brasilidade.

- <sup>11</sup>Origem do nome “Escola de Samba”cf. nos relata Hiran de Araújo: segundo Ismael Silva, os sambistas do bloco *Deixa Falar* reuniam-se na antiga Escola Normal e como também se considerassem mestres passaram a se denominar Escola de Samba Deixa Falar. Deixa Falar, primeira Escola, criada em 12/08/28, passa a rancho em 1932.
- <sup>12</sup>Segundo Maria Julia Goldwasser, o primeiro bloco a desfilar com a denominação de Escola de Samba foi a Mangueira. A Estação Primeira de Mangueira foi fundada em abril de 1928.
- <sup>13</sup>SANTOS, Myrian. “As escolas de samba do Rio de Janeiro: o carnaval sem máscaras”, paper apresentado no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1996.
- <sup>14</sup>BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Ed. Universidade de Brasília, 1993.